



PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 3 , DE 2017-CN

Institui a Jornada Nacional de Controle Externo.

O CONGRESSO NACIONAL resolve:

CAPÍTULO I
DA JORNADA NACIONAL DE CONTROLE EXTERNO

Art. 1º Fica instituída a Jornada Nacional de Controle Externo, cuja realização ocorrerá, preferencialmente, a cada biênio.

Art. 2º A Jornada tem por objetivo promover o debate e a uniformização de entendimentos e de jurisprudência sobre matérias e assuntos relacionados ao controle externo da Administração Pública.

§ 1º A uniformização a que se refere o *caput* será promovida por meio da publicação de enunciados, aprovados na forma desta Resolução e do Ato a que se refere o art. 3º.

§ 2º Os enunciados aprovados nas Jornadas Nacionais de Controle Externo não têm caráter vinculante e possuem força persuasiva de caráter técnico-jurídico, não se confundindo com a posição do Congresso Nacional ou de suas Casas ou respectivas comissões, bem como de seus membros quando no exercício da função pública, sobre o mérito de eventuais matérias, proposições ou conflitos administrativos a eles submetidos.

Art. 3º Ato do Presidente do Congresso Nacional regulará a realização das edições da Jornada Nacional de Controle Externo, cujas normas constarão de edital específico, publicado nos sítios eletrônicos da Câmara dos Deputados, do Senado Federal e do Tribunal de Contas da União.

§ 1º O Ato a que se refere o *caput* disporá, entre outros, sobre:



SF/17088.37696-32

Página: 1/13 12/12/2017 17:08:30

cb3d29de1217f9888894c1eec1e28cc6160bac66



Às Mesas
da Câmara dos
Deputados e do
Senado Federal
em 13/12/2017
(Artigo 128 §3º, RCCN)
(DEP. JHC)

Rpewi
Magws-2446-0
OM 13-12-2017
12h40min.



I - composição, organização, e competências da comissão científica e das comissões de trabalho responsáveis pela apreciação e aprovação das propostas enunciados;

II - competências do Coordenador-Geral da Jornada e dos membros integrantes das comissões referidas no inciso I;

III - apresentação, seleção prévia, apreciação e votação das propostas de enunciados no âmbito das comissões de trabalho e da sessão plenária;

IV - publicação e divulgação dos enunciados aprovados.

CAPÍTULO II

DOS MEMBROS

Art. 4º Poderão ser membros da Jornada Nacional de Controle Externo:

I - o presidente da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização do Congresso Nacional, na condição de Coordenador-Geral da Jornada;

II - o presidente do Tribunal de Contas da União, na condição de 1º Vice-Presidente;

III - os presidentes da Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor do Senado Federal e da Comissão de Fiscalização Financeira e Controle da Câmara dos Deputados;

IV - deputados e senadores indicados pelas respectivas Casas;

V - consultores legislativos indicados pela Consultoria de Orçamento e Fiscalização Financeira da Câmara dos Deputados e pela Consultoria de Orçamentos, Fiscalização e Controle do Senado Federal;

VI - professores e doutrinadores nacionais e estrangeiros, especialistas nas matérias inerentes à Jornada, por convite das autoridades listadas no inciso I a III;



SF/17088.37696-32

Página: 2/13 12/12/2017 17:08:30

cb8d29de1217f9888894c1eec1e28cc6160bac66





VII - membros dos Tribunais de Contas da União, dos Estados e dos Municípios, bem como dos Tribunais de Contas municipais, por indicação dos respectivos órgãos;

VIII - membros do Ministério Público, ou órgão equivalente, junto aos Tribunais referidos no inciso VII, por indicação dos respectivos órgãos;

IX - representantes indicados pela Ordem dos Advogados do Brasil;

X - mediante inscrição, no limite de vagas, os autores de proposições tempestivamente apresentadas e aceitas para discussão.

§ 1º As autoridades mencionadas nos incisos I, II, III e VII deste artigo poderão ser representadas por terceiros, mediante indicação do respectivo titular.

§ 2º O Ato a que se refere o art. 3º desta Resolução poderá limitar o número de representantes a serem indicados pelos órgãos listados no incisos IV a IX deste artigo.

§ 3º Todos os membros terão direito a voz e a voto nas sessões das comissões de trabalho nas quais estiverem inscritos e na votação final na sessão plenária.

CAPÍTULO III

DA COMISSÃO CIENTÍFICA

Art. 5º Caberá a uma comissão científica apoiar o Coordenador-Geral na realização da Jornada Nacional de Controle Externo.

§ 1º A Comissão será designada pelo Coordenador-Geral, que indicará seu Presidente.

§ 2º O número de membros da comissão científica será definido no Ato a que se refere o art. 3º, devendo, ao menos, haver um membro da comissão científica em cada uma das comissões de trabalho.



SF/17088.37696-32

Página: 3/13 12/12/2017 17:08:30

cb8d29de1217f9888894c1eec1e28cc6160bac66





CAPÍTULO IV

DAS COMISSÕES DE TRABALHO

Art. 6º As comissões de trabalho abrangerão uma ou mais matérias relacionadas ao controle externo da Administração Pública, especialmente:

- I - legislação e atos de pessoal;
- II - licitações e contratos;
- III - convênios e instrumentos congêneres;
- IV - concessões e parcerias público-privadas;
- V - obras;
- VI - empresas estatais e desestatização;
- VII - gestão, transparência e controle social;
- VIII - planejamento, elaboração e execução orçamentária e financeira e responsabilidade fiscal;
- IX - processo e procedimento.

Parágrafo único. A comissão científica poderá ampliar ou reduzir o número de temas elencados no *caput*, bem como agrupá-los, cindi-los ou reagrupá-los, adaptando o número e a composição das comissões de trabalho.

Art. 7º As comissões de trabalho serão integradas pelos membros indicados no art. 4º, segundo distribuição definida pela comissão científica.

CAPÍTULO V

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 8º A Jornada Nacional de Controle Externo, em sua sessão de abertura, será presidida pelo Presidente do Congresso Nacional.



SF/17088.37696-32

Página: 4/13 12/12/2017 17:08:30

cb8d29de1217f9888894c1eec1e28cc6160bac66





Art. 9º Os enunciados aprovados na Jornada Nacional de Controle Externo serão publicados eletronicamente, acompanhados das respectivas referências legislativas.

Art. 10. O evento poderá incluir em sua programação palestras e painéis com parlamentares, Consultores Legislativos da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, juristas e doutrinadores especialmente convidados para esse fim, que se manifestarão sobre temas de Direito Público ou de Direito Privado conexos com o controle externo da Administração Pública.

Art. 11. As sessões das comissões de trabalho e a sessão plenária serão públicas, vedada a intervenção de quem não seja membro.

Art. 12. Os membros da comissão científica e das comissões de trabalho não serão remunerados.

Art. 13. Para a realização das Jornadas Nacionais de Controle Externo, poderão ser estabelecidas parcerias com entidades públicas ou privadas, vedada sua remuneração a qualquer título.

Art. 14. O Ato a que se refere o art. 3º poderá estabelecer normas e critérios complementares a esta Resolução, desde que com ela não conflitem.

Art. 15. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

A constante mutação da Administração Pública e de seus procedimentos torna cada vez mais notória a importância do controle da Administração Pública, que deve, de igual maneira, aprimorar sua forma de atuação, pautando-se pelo compartilhamento de informações e pela atuação coordenada.

Nesse sentido, a Constituição da República, em seu art. 74, consigna que os Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário manterão, **de forma integrada**, sistema de controle interno.





Mas a integração, à luz dos princípios da eficiência, eficácia e da efetividade, não deve ser entendida adstrita ao controle interno de determinado ente federativo. Tampouco deve prosperar o entendimento de que o sistema de *checks and balances* plasmado em nossa Constituição, sob uma perspectiva vertical, deve ser estanque, sem que haja integração federativa em matéria de controle.

Não se ignora que a autonomia federativa constitui cláusula pétrea, assegurando à União e aos entes subnacionais a definição de normas que melhor concretizem, no âmbito de sua jurisdição, o controle contábil, financeiro, orçamentário, operacional e patrimonial. Contudo, tais diplomas não devem se afastar dos vetores constitucionais que orientam a atuação dos órgãos de controle, o que faz exsurgir a necessidade de que haja uma harmonia mínima entre as diversas interpretações e as diferentes aplicações das normas jurídicas.

Essa carência já foi percebida em matéria processual. Destacam-se, nesse sentido, as Propostas de Emenda à Constituição nº 40/2016, no âmbito do Senado Federal, e nº 329/2013, no âmbito da Câmara dos Deputados, que, entre outras providências, buscam uniformizar normas de caráter processual no âmbito dos Tribunais de Contas.

As proposições retrocitadas, embora intentem conferir racionalidade aos processos apreciados pelos Tribunais de Contas, não harmonizam entendimentos e interpretações sobre procedimentos e sobre aplicação de normas, o que pode conduzir a decisões divergentes na tutela do patrimônio e do interesse público.

Assim, sendo certo que autonomia federativa impede a sujeição entre os diversos órgãos responsáveis, de forma titular ou auxiliar, pelo controle externo da Administração, mostra-se desejável que, de forma colaborativa e concertada, os atores desse sistema debatam e harmonizem entendimentos. Esse intento pode ser satisfeito mediante a prolação de enunciados técnicos-jurídicos, de natureza doutrinária e não vinculativa, que orientem a atuação do controle externo em nível nacional.

Não se vislumbram atores mais qualificados e acertados para esse debate do que os membros do Congresso Nacional e das cortes de contas, ambos responsáveis, de forma titular e auxiliar, respectivamente, pelo controle externo da Administração, nos termos do *caput* do art. 71 da Constituição da República. E esse foro é tanto mais enriquecido pela participação de juristas, doutrinadores e demais estudiosos dedicados a essa temática.



SF/17088.37696-32

Página: 6/13 12/12/2017 17:08:30

cb8d29de1217f9888894c1eec1e28cc6160bac66





Nesse cenário, o presente projeto propõe a instituição da Jornada Nacional de Controle de Externo, nos mesmos moldes da já consagrada Jornada de Direito Civil, promovida pelo Conselho da Justiça Federal (CJF).

As Jornadas de Direito Civil foram inspiradas na experiência argentina, e nasceram com o objetivo de elucidar o conteúdo do então Novo Código Civil. Por iniciativa do então Ministro do Superior Tribunal de Justiça, Ruy Rosado de Aguiar, a primeira edição da Jornada ocorreu em 2002, com a aprovação de 137 enunciados e a participação de 130 juristas e estudiosos.

Após 15 anos, a Jornada de Direito Civil já conta com 7 edições e 612 enunciados aprovados. Ademais, a exitosa experiência motivou o CJF a organizar a Jornada de Direito Comercial (já com duas edições realizadas), da Jornada Prevenção e Solução Extrajudicial de Litígios e da Jornada de Direito Processual Civil, esta última realizada dias 24 e 25 de agosto de 2017, com 107 enunciados aprovados.

As Jornadas de Direito Civil representam um dos mais importantes eventos do Direito Privado pátrio. Nas palavras de Flávio Tartuce, as Jornadas¹

“[c]ongregam as mais diversas gerações de civilistas, possibilitam o diálogo aberto e democrático entre profissionais das mais diversas áreas, chegando a despertar até o interesse de juristas de outros países. Das Jornadas participam Ministros do Superior Tribunal de Justiça, Desembargadores Federais e Estaduais; Juízes Federais, Estaduais e do Trabalho; Procuradores e Promotores, Advogados e Professores de Direito de todo o País.

Diante de tão exitosa experiência, tem-se por relevante que o Congresso Nacional, na condição de titular do controle externo, protagonize iniciativas que conduzam ao amadurecimento das técnicas, das interpretações e dos procedimentos relativos à matéria. A presente proposição tem esse fim, ao mesmo tempo que em estimula o debate e o diálogo federativo entre os responsáveis pelo controle, técnicos, juristas, doutrinadores, e demais estudiosos.

Ademais, no âmbito das Jornadas Nacionais de Controle Externo, os debates, as reflexões e os enunciados a serem aprovados constituirão importante subsídio para evolução legislativa em matéria de controle da Administração Pública.

¹ <https://flaviotartuce.jusbrasil.com.br/artigos/121820021/a-volta-das-jornadas-de-direito-civil>





Assim, conclamamos os eminentes membros do Congresso Nacional à aprovação da presente proposta. A iniciativa conduz ao aperfeiçoamento do controle externo, que, ao lado da atividade legiferante, constitui a mais importante competência deste Parlamento.



SF/17088.37696-32





Projeto de Resolução nº , de 2017-CN.

Institui a Jornada Nacional de Controle Externo.

LISTA DE ASSINATURAS (SENADORES)

1. ROMERO JUCÁ	
2. <i>Arthur Samuelov</i>	
3. <i>Senador Capiberibe</i>	
4. <i>Senadora Vanessa</i>	
5. <i>Elmeiro Farias</i>	
6. <i>Sergio Bezzer</i>	
7. <i>Waldin Raurp</i>	
8. <i>Garibaldi</i>	
9. <i>Simão</i>	
10. <i>Ataides Oliveira</i>	
11. <i>E. LOBÃO</i>	
12. <i>SERGIO DE CASTRO</i>	
13. <i>Cirino Santos</i>	
14. <i>Senador Armando M.</i>	
15. <i>Regina Souza</i>	
16. <i>Benedito Silva</i>	
17. <i>Sen. Anastasia</i>	
18. <i>Sen. Simone</i>	
19. <i>Edmardo Braga</i>	
20. <i>Welder Moraes</i>	



SF/17088.37696-32

Página: 9/13 12/12/2017 17:08:30

cb8d29de1217f9888894c1eec1e28cc6160bac66





Projeto de Resolução nº , de 2017-CN.

Institui a Jornada Nacional de Controle Externo.

LISTA DE ASSINATURAS (DEPUTADOS FEDERAIS)

1. CARLOS MARUP	
2. Paulo Pinho	
3. Jones Martins	
4. Antonio Damo	
5. Paulo Pereira	
6. Augusto Carvalho	
7. AROLD DE OLIVEIRA	
8. HERACLI TO	
9. TAKAYAMA	
10. ZECA DO PT	
11. MARCOS ABRÃO 375	
12. DEL. ED. MOREIRA	
13. HUGO LEAL	
14. NELSON MEURER	
15. Cap. Augusto	
16. HENRI SCHWET	
17. Da Silva Nelson	
18. RUBENS BUENO	
19. PAULO FREIRE	
20. PEDRO CHAVES	



SF/17088.37696-32

Página: 10/13 12/12/2017 17:08:30

cb8d29de1217f9888894c1eect1e28cc6160bac66





Projeto de Resolução nº , de 2017-CN.

Institui a Jornada Nacional de Controle Externo.

LISTA DE ASSINATURAS (DEPUTADOS FEDERAIS)

21.		José Nery	728
22.			385
23.		Domingos Neto	546
24.		Leandre	454
25.		Dep. Deoclides	350
26.		Dep. Espain Filho	
27.		Dep. Jairo Mamede	
28.		Miro Teixeira	
29.		Roberto de Lucena	
30.		Felix Mendonça Jr	
31.		Dep. Luiz Carlos Reis	
32.		Dep. Amílcar Gomes	
33.		Amílcar	
34.		Regina de Azevedo	
35.		Dep. Cicero Almeida	
36.		Raimundo Borges de Moraes	
37.		Jairo Mamede	
38.		Dep. Julio Cesar	
39.		Jairo Mamede	
40.		Dep. Jairo Mamede	



SF/17088.37696-32

Página: 11/13 12/12/2017 17:08:30

cb8d29de1217f9888894c1eec1e28cc6160bac66





Projeto de Resolução nº , de 2017-CN.

Institui a Jornada Nacional de Controle Externo.

LISTA DE ASSINATURAS (DEPUTADOS FEDERAIS)

41.	Antônio Ivo	
42.	João Fidele	
43.	Marcelo de Souza	
44.	Gonçalves	
45.	Mauro Vinícius	
46.	Roberto Brito	
47.	Leandro Couto	
48.	Creuzar Pereira	
49.	DANIEZ ALMEIDA	
50.	DAVIDSON MAGALHÃES	
51.	PROFESSORA MARCEVÂNIA	
52.	Luiz Couto	
53.	Edmilson Rodrigues	
54.	VALANQUE	
55.	José Benedito	
56.	Prof. Vitor Sales	
57.	MAURO MARINI	
58.	JUSCEGINO	
59.	20 AUGUSTO NOL	
60.	WIBAL Gomes	



SF/17088.37696-32

Página: 12/13 12/12/2017 17:08:30

cb8d29de1217f9888894c1e28cc6160bac66

NG





Projeto de Resolução nº , de 2017-CN.

Institui a Jornada Nacional de Controle Externo.

LISTA DE ASSINATURAS (DEPUTADOS FEDERAIS)

61. Eron Biondini	
62. CARLOS VIKATO	
63. CONTE ALVARO	
64. Janete Capiberibe	
65. RONALDO LESSA	
66. Dep. Roberto Alencar	
67. Dep. Daniel Vilela	
68. MARIA HELOISA	
69. Benito Gama	
70. Wilson GONÇALVES	
71. Pedro Paulo	
72. GREGORIO VITÓ	
73. CARLOS BORGES	
74. DAVI DO FORTI	
75. JOSE PRIANTE	
76. GELSO MALDANER	
77. Julio Marcon	
78. B. ROSE RINTO	
79. Adilson	
80. B. ROSE RINTO	

PI. ADELSON BARRER




SF/17088.37696-32

Página: 13/13 12/12/2017 17:08:30

cb8d29de1217f988894c1eec1e28cc6160bac66



I 82 - 

V 83 - 

I 84 -

V 85 -

V 86 -

87 -

Conceição Gempcio
Igola

TÂNIA

5817

99913-1435

999513034

BAO 914

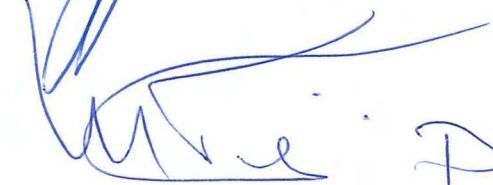
PER - MA

PMOB

PSDB - GAS - 521

Reperida

PSDB - 7F



PMOB PS. V. L. den

3411



ERIN HOLSON PT / 25



Secretaria-Geral da Mesa
Secretaria Legislativa do Congresso Nacional - SLCN

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº , DE 2017-CN

Institui a Jornada Nacional de Controle Externo

Autor: Senador Romero Jucá

<i>Conferência de assinaturas realizada em 13 de dezembro de 2017</i>				
Senador (a)	Partido	UF	Confere?	fls.
Romero Jucá	PMDB	RR	sim	9
Airton Sandoval	PMDB	SP	sim	9
João Capiberibe	PSB	AP	sim	9
Vanessa Grazziotin	PCdoB	AM	sim	9
Elmano Férrer	PMDB	PI	sim	9
Dalirio Beber	PSDB	SC	sim	9
Valdir Raupp	PMDB	RO	sim	9
Garibaldi Alves Filho	PMDB	RN	sim	9
Cássio Cunha Lima	PSDB	PB	sim	9
Ataídes Oliveira	PSDB	TO	sim	9
Edison Lobão	PMDB	MA	sim	9
Sérgio de Castro	PDT	ES	sim	9
Cidinho Santos	PR	MT	sim	9
Armando Monteiro	PTB	PE	sim	9
Regina Sousa	PT	PI	sim	9
Benedito de Lira	PP	AL	sim	9
Antonio Anastasia	PSDB	MG	sim	9
Simone Tebet	PSB	AP	sim	9
Eduardo Braga	PMDB	AM	sim	9
Wilder Moraes	PP	GO	sim	9

Assinaturas analisadas	20
Conferem com as originais	20
Repetidas	0
Assinaturas Válidas	20

Conferência do número de assinaturas válidas na CD

DEPUTADO	Partido	UF	Assinatura confere?	Situação
Carlos Marun	PMDB	MS	sim	OK
Fausto Pinato	PP	SP	sim	OK
Jones Martins	PMDB	RS	sim	OK
Wadih Damous	PT	RJ	sim	OK
Paulo Pereira da Silva	SD	SP	sim	OK
Augusto Carvalho	SD	DF	sim	OK
Arolde de Oliveira	PSC	RJ	sim	OK
Heráclito Fortes	PSB	PI	sim	OK
Takayama	PSC	PR	sim	OK
Zeca do PT	PT	MS	sim	OK
Marcos Abrão	PPS	GO	sim	OK
Delegado Edson Moreira	PR	MG	sim	OK
Hugo Leal	PSB	RJ	sim	OK
Nelson Meurer	PP	PR	sim	OK
Capitão Augusto	PR	SP	sim	OK
Heitor Schuch	PSB	RS	sim	OK
Dr. Sinval Malheiros	PODE	SP	sim	OK
Rubens Bueno	PPS	PR	sim	OK
Paulo Freire	PR	SP	não	Assinatura não confere.
Pedro Chaves	PMDB	GO	sim	OK
José Nunes	PSD	BA	sim	OK
Francisco Chapadinha	PODE	PA	sim	OK
Domingos Neto	PSD	CE	sim	OK
Leandre	PV	PR	sim	OK
Deoclides Macedo	PDT	MA	não	Assinatura não confere.
Efraim Filho	DEM	PB	sim	OK
Carlos Manato	SD	ES	sim	OK
Miro Teixeira	REDE	RJ	sim	OK
Roberto de Lucena	PV	SP	sim	OK
Félix Mendonça Júnior	PDT	BA	sim	OK
Luis Carlos Heinze	PP	RS	sim	OK
Aníbal Gomes	PMDB	CE	sim	OK
Abel Mesquita JR.	DEM	RR	sim	OK
Rosinha da Adefal	AVANTE	AL	sim	OK
Cícero Almeida	PODE	AL	sim	OK
Raimundo Gomes de Matos	PSDB	CE	sim	OK
Júlio Cesar	PSD	PI	sim	OK
Dagoberto Nogueira	PDT	MS	sim	OK
Jarbas Vasconcelos	PMDB	PE	sim	OK
Antônio Jácome	PODE	RN	sim	OK
Jose Stédile	PSB	RS	sim	OK
Jhonatan de Jesus	PRB	RR	sim	OK
Goulart	PSD	SP	sim	OK
Mauro Pereira	PMDB	RS	sim	OK
Leo de Brito	PT	AC	sim	OK
Paulo Foletto	PSB	ES	sim	OK
Creuza Pereira	PSB	PE	sim	OK
Daniel Almeida	PCdoB	BA	sim	OK
Davidson Magalhães	PCdoB	BA	sim	OK
Professora Marcivania	PCdoB	AP	sim	OK
Luiz Couto	PT	PB	sim	OK
Edmilson Rodrigues	PSOL	PA	sim	OK
Valadares Filho	PSB	SE	sim	OK
Josué Bengtson	PTB	PA	sim	OK
Professor Victório Galli	PSC	MT	sim	OK
Mauro Mariani	PMDB	SC	sim	OK
Juscelino Filho	DEM	MA	sim	OK
Zé Augusto Nalin	PMDB	RJ	não	Assinatura não confere.
Aníbal Gomes	PMDB	CE	sim	Repetido
Eros Biondini	PROS	MG	sim	OK
Enio Verri	PT	PR	sim	OK
Gonzaga Patriota	PSB	PE	sim	OK
Janete Capiberibe	PSB	AP	não	Assinatura não confere.
Ronaldo Lessa	PDT	AL	sim	OK
Roberto Alves	PRB	SP	sim	OK
Daniel Vilela	PMDB	GO	sim	OK
Maria Helena	PSB	RR	sim	OK
Benito Gama	PTB	BA	sim	OK
Wilson Beserra	PMDB	RJ	sim	OK

TOTAL DE ASSINATURAS	88
Assinatura que não confere	4
Não está no exercício do cargo	0
Assinaturas repetidas	3
Assinaturas Ilegíveis	0
Assinaturas Retiradas	0
Assinaturas válidas	81

Conferência do número de assinaturas válidas na CD

DEPUTADO	Partido	UF	Assinatura confere?	Situação
Pedro Paulo	PMDB	RJ	sim	OK
Veneziano Vital do Rêgo	PMDB	PB	sim	OK
Cabuçu Borges	PMDB	AP	sim	OK
Danilo Forte	DEM	CE	sim	OK
José Priante	PMDB	PA	sim	OK
Celso Maldaner	PMDB	SC	sim	OK
Junior Marreca	PEN	MA	sim	OK
Bilac Pinto	PR	MG	sim	OK
André Amaral	PMDB	PB	sim	OK
Xuxu Dal Molin	PSC	MT	sim	OK
Leonardo Quintão	PMDB	MG	sim	OK
Carlos Souza	PSDB	AM	sim	OK
Izalci Lucas	PSDB	DF	sim	OK
Conceição Sampaio	PP	AM	sim	OK
Junior Marreca	PEN	MA	sim	Repetido
Norma Ayub	DEM	ES	sim	OK
Mauro Pereira	PMDB	RS	sim	Repetido
José Guimarães	PT	CE	sim	OK
Erika Kokay	PT	DF	sim	OK